

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2025 – ENGENHARIA-PMBM

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Faz-se necessária a Contratação de empresa especializada em engenharia para ampliação e reforma da Unidade Básica de Saúde, através dos recursos da Portaria 665 de 06 de junho de 2023 e Proposta FNS/Processo SISMOB 18222.6480001/23-001 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfinópolis de Minas, o projeto básico já foi elaborado, ao qual foi aprovado e possui orçamento disponível para este exercício.

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de 08 (oito) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.

Como regime de execução da futura contratação, esta Unidade Técnica entende que o mais correto é o Regime de Contratação Semi- Integrada, tendo em vista se tratar de uma obra de ampliação, com os levantamentos feitos através do projeto básico, possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos volumes a executar, não havendo imprecisão na quantificação de alguns serviços. Tal escolha corrobora com o determinado pelo Tribunal de Contas da União em vários Acórdãos, como demonstrado abaixo:

1. A contratação semi-integrada é um regime de execução utilizado para obras, serviços e fornecimentos que suprem o valor previsto para os contratos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Neste regime, o contratado elabora apenas o projeto executivo, enquanto a administração faz o projeto básico. Dessa forma, pode-se prever um aumento na qualidade dos serviços, redução nos prazos de execução, além da redução de custos.

A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica, financeira e operacional** apresentando a documentação abaixo:

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na JuntaComercial competente, ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
- f) Prova de inscrição no CNPJ;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- j) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS;
- k) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- l) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- m) Comprovação de Registro junto ao CREA através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao

quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;

n) Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em 1(um) atestado de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, comprovando que a empresa licitante executou obra com área de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação (355,53m²) e que nesta executou os seguintes itens:

1. Execução de Concreto Estrutural FCK mínimo de 25MPa;
2. Execução de Laje pré-moldada, a revestir com capeamento de concreto e seu respectivo cimbramento;
3. Execução de Alvenaria com tijolo cerâmico furado;
4. Execução de Piso em Granilite/Marmorite;
5. Execução de gradeamento metálico com utilização de telhas galvanizadas;
6. Execução de Emassamento de paredes e pintura acrílica.

o) o) A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta, para comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa.

1. A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

2. Orienta-se a vistoria visando que a cidade de Bonfinópolis de Minas é uma cidade com pouco mais de 5.000 (cinco mil) habitantes, assim tendo vários aspectos a serem considerados para que não atrapalhe a execução do objeto, sendo: Disponibilidade de mão de obra local; Disponibilidade de alojamento para abrigar mão de obra não local; Disponibilidade de materiais essenciais para a execução; Disponibilidade de equipamentos necessários para execução; Demais condições que se fizerem necessárias para a perfeita execução da obra. Essa visita possibilita questionamentos imediatos sobre qualquer dúvida que houver, de forma

a não onerar a futura execução do objeto em questão.

p) Garantias:

Garantia de Proposta: será exigido do participante, segundo disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a apresentação de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, com valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação;

Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais;

As modalidades de garantias previstas, são:

caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;

a) seguro-garantia;

b) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

q) Qualificação Econômico-financeira:

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

c) apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

r) Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

Subcontratação: será permitida a subcontratação de **40% (quarenta por cento)** do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.

Sede da Empresa: não será obrigatória a presença de sede/filial em Bonfinópolis de Minas - MG, mas deverá ter registro ou visto no CREA/MG.

3- REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E URBANISMO.

Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

- PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
- PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL;
- PROJETO EXECUTIVO DE ENGRADAMENTO METÁLICO;
- PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a) Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b) Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c) Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas, regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;
- d) Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e

manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;

e) Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;

f) Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;

g) Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;

h) Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.

Os projetos devem obedecer detalhadamente as NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Por se tratar de obra de ampliação a ser executada no regime de contratação semi-integrada, todos os quantitativos estimativos constam da planilha orçamentária, que será anexo do Edital. Serão realizados os serviços de construção de ampliação com destinação a sede da Unidade Básica de Saúde Tipo I – Alvenaria – Modelo Próprio de 355,53 m², com custo orçado de **R\$792.011,04 (setecentos e noventa e dois mil e onze reais e quatro centavos)**, conforme tabela SEINFRA-MG, anexada ao processo.

5 – ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Trata-se de obra, com Projeto Básico e demais serviços de engenharia necessários para execução do empreendimento.

Não se vislumbra no mercado outra solução que não seja a contratação de empresa especializada em engenharia.

6 – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

As obras já possuem projetos básicos elaborados, e orçamentos de referência. O valor aproximado é de **R\$792.011,04 (setecentos e noventa e dois mil e onze reais e quatro centavos)**, conforme tabela SEINFRA-MG.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO OU DO MATERIAL

Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução da obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde Tipo I Alvenaria – Modelo próprio no Município de Bonfinópolis de Minas, com área de 355,53 m².

O imóvel está localizado na Rua São José, nº 231, Centro, Bonfinópolis de Minas, MG, com área a ser construída de 355,53m².

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento da contratação pôr não se vislumbrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, conforme preceito contido no art. 47, II da Lei nº 14.133/2021.

Devido ao impacto e abrangência da obra a ser executado, não é recomendável seu parcelamento, sendo melhor estrategicamente executá-lá de uma só vez, por se tratar de obra simples de engenharia, onde os serviços previstos guardam relações de interdependência dentre si (Ex: fundações, estrutura em concreto armado, alvenaria, esquadrias, revestimentos, instalações, pintura, etc.), não sendo aconselhado o parcelamento dessas tarefas.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Almeja-se com a obra, garantir o acesso dos bairros Centro e Arrozal, ao atendimento de atenção básica, acompanhados de Psicólogo, Dentista, Médico e outras especialidades. Também a acomodação das agentes de saúde dos bairros citados. Desta forma, garantindo a disponibilização a

população, um imóvel com toda infraestrutura necessária para atendimento à demanda, com a acessibilidade e segurança garantidas.

10 - PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU EMPREGADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Solicitação para a empresa contratada para convocação de engenheiro civil com capacidade técnica para acompanhamento e fiscalização das obras.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não se vislumbra contratação correlata em execução nesta Prefeitura. Posteriormente à homologação do certame serão definidos os integrantes da fiscalização do contrato (servidor desta Prefeitura) e da obra (servidor desta Prefeitura com competência técnica ou profissional terceirizado).

12 - ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

Na concepção dos projetos e especificações em geral foram considerados os seguintes requisitos:

- Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;
- No projeto de instalações hidrossanitárias foram contemplados os seguintes requisitos:
 - Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, de fechamento automático, sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo;
 - Nos projetos elétricos e de iluminação adotar-se-ão as seguintes soluções:

- Setorização adequada de comandos de iluminação (interruptores) com vistas ao aproveitamento da luz natural e utilização de sensores de presença, onde se aplicar;
- Uso de lâmpadas de LED de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes;
- Para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência deverão ser observados os requisitos previstos na NBR 9050 da ABNT, dentre os quais:
- Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres com dificuldades de locomoção;
- Adequação de sanitários;
- Reserva de vagas para cadeirante nas salas de espera;
- Instalação de piso tátil direcional e de alerta, quando necessário;
- Adaptação de mobiliário, portas e corredores em todas as dependências e em todos os acessos.

13 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em face do exposto acima, esta Equipe de Planejamento conclui pela viabilidade da contratação.

14 - TÓPICOS PARA ORIENTAR O TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU CONTRATO

- 1 - Prazo de execução da obra: 08 (oito) meses;
- 2 - O regime da contratação é **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**;
- 3 - Informar dos critérios das subcontratações;
- 4 - Informar que a contratada responsabilizar-se-á por todos os materiais permanentes e de consumo pertencentes a PMBM, obrigando-se a mesma ressarcir quaisquer valores referentes a danos, extravios ou demais comprometimentos a materiais, móveis e equipamentos, que porventura forem verificados no período em que a empresa estiver executando os serviços.
- 5 - Recomendar que o licitante, antes de apresentar a proposta, realize a vistoria do local da obra, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços;
- 6 - Apresentar os critérios de fiscalização, as informações referentes ao

Diário de Obra e os critérios de similaridade dos materiais;

7 - Informar as normas para medições, desembolso financeiro da prefeitura, pagamento e atualização de preços;

8 - Informar os critérios para alteração de contrato;

9

10 - Estabelecer as obrigações do contratante e da contratada (inclusive normas de segurança do trabalho).

15 - INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Tendo em vista o objeto da contratação, OBRA, sugere-se a realização de Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica.

Cabe consignar que o objeto, ora tratado, possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Além disso, trata-se de serviço comum, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

Sendo assim, a contratação do serviço será realizada mediante licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua forma eletrônica, no do tipo menor preço, nos termos do inciso XXXVIII do art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço; (...)

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

No presente caso, não será adotado Sistema de Registro de Preços.

16 – MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE			
(x)	Planejamento da aquisição e Seleção de Fornecedor		
()	Gestão de Contratos ou Ata de Registro de Preços		
RISCO nº 1			
Selecionar equipe inadequada para o planejamento da contratação.			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto
nº	Dano		
1	Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na aquisição.		
nº	Ação Preventiva	Responsável	
1	Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento.	Secretaria Municipal de Obras	
nº	Ação de Contingência	Responsável	
1	Substituir membros da equipe de planejamento que não estejam tendo rendimento.	Secretaria Municipal de Obras	
2	Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento.	Coordenadoria de Recursos Humanos	
3	Designar membros com mais experiência em contratações	Secretaria Municipal de Obras	

RISCO nº 2			
Selecionar prestador inadequado execução pleiteada			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(X) Alto
nº	Dano		
1	Contratar empresa com incapacidade técnica para a execução do serviço conforme estabelecidos no termo de referência.		

nº	Ação Preventiva	Responsável
1	Acompanhamento constante da execução do serviço de implantação	Secretaria Municipal de Obras
nº	Ação de Contingência	Responsável
1	Aplicar as disposições contratuais, bem como, promover contratação de emergência.	Coordenadoria

FASE DE ANÁLISE			
()	Planejamento da aquisição e Seleção de Fornecedor		
(X)	Gestão de Contratos ou Ata de Registro de Preços		
RISCO nº 3			
Falta de qualificação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto
nº	Dano		
1	Deixar de executar ou executar de forma ineficiente a gestão e fiscalização do contrato.		

RISCO nº 4			
Atraso no Início do Contrato			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto
nº	Dano		
1	Atraso na disponibilização da solução		
nº	Ação Preventiva	Responsável	
1	Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento integral do contrato.	Fiscais e gestores do contrato	
nº	Ação de Contingência	Responsável	

1	Advertir e se necessário aplicar penalidades previstas em ata à empresa assim que tomar ciência de irregularidades, minimizando assim os prejuízos.	Fiscais e gestores do contrato
---	---	--------------------------------

Bonfinópolis de Minas - MG, 23 de abril de 2025.

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL CREA230.293/D - MG

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Órgão ou entidade interessada: Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Bonfinópolis de Minas está localizada no Estado de Minas Gerais, Região Noroeste de Minas e contando atualmente com uma população de 5.528 habitantes segundo a contagem populacional de 2022 do IBGE.
- 1.3. O nosso propósito é ampliar o acesso, a cobertura, e qualificar o atendimento da ESF (Vandeir José Brandão) cobrindo a população moradora dos Bairros Centro (o maior bairro da cidade) e Arrozal na cidade de Bonfinópolis de Minas. Visamos solucionar problemas no atendimento com o grande aumento na demanda de usuários. O público-alvo do projeto é a população carente que depende do sistema público de saúde o que faz com que tal projeto vá de encontro e seja de interesse recíproco com o programa do Estado.
- 1.4. O Programa Saúde da Família destaca-se como uma tentativa de transformar as práticas da atenção à saúde em potencial estratégico, com o propósito de centrar a atenção na saúde, com ênfase na integralidade das ações, focando no indivíduo como um sujeito integrado à família e à comunidade.
- 1.5. Prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde do indivíduo de forma integral e contínua, sendo o atendimento prestado na UBS ou no domicílio, pelos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família.
- 1.6. No nosso sistema de saúde, o município possui 01 Hospital de pequeno porte com atendimento de urgência que funciona 24 horas e ainda 02 unidades básicas com 03 equipes do Programa Saúde em Casa com 03 médicos, 03 enfermeiras, 18 agentes comunitários de Saúde e 02 equipes de Saúde Bucal com 03 Odontólogos e 03 Auxiliares de Consultório dentário realizando em média 3.000 procedimentos/ mês.
- 1.7. Nas unidades são realizadas consultas médicas com clínico geral, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. Com ações de promoção, prevenção e tratamento relacionadas a saúde da mulher, da criança, saúde mental, planejamento familiar, prevenção a câncer, pré-natal e cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. Essa ampliação irá proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais, uma vez que a demanda por serviços de saúde no ESF Vandeir José Brandão aumentou significativamente havendo o acúmulo de usuários e não está conseguindo atender efetivamente as normas requisitadas pela ANVISA. Com a ampliação da unidade básica de saúde consequentemente obteremos atendimentos personalizados, eficazes e com melhores resultados na saúde da população do município de Bonfinópolis de Minas.

2. OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para ampliação e reforma da Unidade Básica de Saúde, através dos recursos da Portaria 665 de

06 de junho de 2023 e Proposta FNS/Processo SISMOB 18222.6480001/23-001 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfinópolis de Minas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em consonância ao disposto no edital.

2.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na Planilha de Composição de Preços Unitários e de Custos e nos demais elementos anexos a este Termo de Referência e são capazes de caracterizar, de forma precisa e clara, o objeto da licitação, servindo de supedâneo à elaboração do edital.

2.3. Os serviços que se pretende contratar são de natureza especial, cuja alta heterogeneidade ou complexidade não permitem que seus padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual se recomenda que a contratação seja precedida de licitação na modalidade concorrência pública, de forma eletrônica.

2.4. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, a contar da ordem de serviço.

2.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

2.6. A contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.7. Os atos só terão eficácia após publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.8. Entende-se aqui por obra toda construção, reforma, recuperação, restauração ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos. Atividade esta, que necessita da participação e acompanhamento de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 1966, e na Lei Federal nº 12.378, de 2010.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente instrumento e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.253 de 06 de março de 2023 e legislação correlata.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A contratação será por meio de licitação na modalidade concorrência pública, na forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII combinado com o art. 29, parágrafo único, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. O critério de julgamento é o de menor preço

4.3. A adjudicação será global.

4.4. Justifica-se a adjudicação global em decorrência da natureza do objeto, podendo ter prejuízo a sua execução em caso de adjudicação por item, pois a divisão do objeto pode desnaturá-lo, causando prejuízo à administração, sendo a contratação por adjudicação global, neste caso, mais vantajosa para a administração nos aspectos operacional e econômico.

4.5. O regime de execução indireta é a contratação Semi-integrada.

4.6. Será permitida a participação de empresas em consórcio, de modo a ampliar a competitividade, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.7. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.8. Em observância aos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, justifica-se que, com base no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, a licitação será de ampla concorrência, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso ao conjunto do objeto a ser contratado.

4.9. O objeto da contratação está em adequação no planejamento orçamentária e anual do órgão.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e nos documentos descritivos que compõe o presente.

6. LEVANTAMENTOS DO IMÓVEL (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “A”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

6.1. Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução da obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde Tipo I Alvenaria – Modelo próprio no município de Bonfinópolis de Minas, com área de 355,53 m².

6.2. O imóvel está localizado na Rua São José, nº 231, Centro, Bonfinópolis de Minas, MG, com área a ser construída de 355,53 m².

7. SOLUÇÕES TÉCNICAS GLOBAIS E LOCALIZADAS (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA B, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

7.1. No escopo desta contratação diferem-se os produtos em 02 (Dois) grupos principais:

- a) Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia, estudos, levantamentos e projetos complementares necessários para completa execução do Objeto.
- b) Execução de todas as obras, etapas e ações necessárias para completa execução do objeto.

7.2. Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados e

documentação técnica, necessários ao atendimento do escopo do objeto e elaborado pela Contratada, tanto relativa a obras e/ou projetos, serão de propriedade exclusiva do Município de Bonfinópolis de Minas, que dele se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

7.3. É vedado à Contratada dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer estudos, levantamentos, análises, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização expressa do responsável pelo órgão contratante.

7.4. PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

7.4.1. O prazo para elaboração e aprovação do Projeto Executivo será de até 30 dias consecutivos contados a partir da Ordem de Serviço.

7.4.2. Conforme definição contida no Artigo 6º, inciso XXVI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Projeto Executivo deverá conter o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

7.4.3. Desta forma, caberá à Contratada a elaboração do Projeto Executivo de Engenharia necessário e satisfatório à execução do objeto, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser respeitados e levados em consideração os parâmetros técnicos indicados pelo Projeto de Engenharia disponibilizado.

7.4.4. Conforme disposto no Artigo 45, §5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterações significativas no Projeto não serão vedadas, porém, deverão ser rigorosamente justificadas e discutidas com todos os entes de alguma forma impactados, com o contratado assumindo integralmente os riscos associados indicados no mapa de gerenciamento de riscos.

§ 5º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico e aprovado previamente pela VISA-Regional.

7.4.5. A elaboração do projeto executivo deve seguir as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Manual de Obras Públicas, ABNT e demais regulamentações pertinentes e vigentes.

7.4.6. As Normas e Instruções a serem utilizadas não serão limitadas às citadas, cabendo à Empresa contratada a verificação de existência de normas/manuais nos órgãos e intervenientes envolvidos. Não será aceita como justificativa o desconhecimento da existência de normatização.

7.4.7. Cabe observar que os dados fornecidos no Projeto de Engenharia não

eximem a proponente da necessidade de realização de novos levantamentos e estudos para a elaboração do Projeto Executivo, realizando a atualização e/ou complementação do que se fizer necessário.

7.4.8. O Projeto Executivo assegurará ampla apresentação dos Projetos/Estudos: Topográficos, Superestrutura, Drenagem, Sinalização, Iluminação, Obras Complementares, Especificação de Serviços e Materiais, Quantitativo e Orçamento e Plano de Execução.

7.4.9. O Projeto Executivo incluirá memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços e plano de execução de toda a obra, considerando ainda, a questão logística para sua execução.

7.4.10. As revisões de projeto, por qualquer motivo, inclusive os decorrentes da necessidade de adição de elementos como Obras Complementares, remanejamento de redes de serviço público, são de responsabilidade da Contratada.

7.4.11. O não atendimento às solicitações da CONTRATANTE para revisão dos projetos ensejarão descumprimento do objeto contratual.

7.5. ALTERAÇÕES NO PROJETO DE ENGENHARIA

7.5.1. Haverá permissão para a CONTRATADA inovar em soluções metodológicas e tecnológicas desde que mantidas as características do objeto, sendo permitidas inovações somente nos meios e recursos utilizados e não no resultado.

7.5.2. Requerer-se-á a apresentação prévia à CONTRATANTE e a VISA-Regional, para aprovação, devendo ser entregue para análise um relatório técnico descritivo da solução a ser adotada.

7.5.3. As inovações tecnológicas que venham a ser apresentadas pela Contratada precisarão ser discutidas na fase de Projeto Executivo, ocasião em que serão aprovadas as mudanças de concepção das soluções de Projeto de Engenharia disponibilizado.

7.5.4. A apresentação dessas soluções deve estar bem embasada, por meio de um Relatório Técnico, onde deverão constar os estudos e informações capazes de inferir que a inovação atende aos critérios de desempenho, vida útil e eficiência da solução indicada no Projeto de Engenharia disponibilizado. Além disso, deve ser apresentado estudo comparativo de custo de manutenção, quando couber. Desde que haja vantagem para a Administração, a CONTRATANTE poderá atualizar as especificações que possuem conflitos com as inovações metodológicas e tecnológicas propostas a fim de permiti-las.

7.5.5. A CONTRATADA assumirá automaticamente os custos adicionais advindos de alterações de soluções metodológicas ou tecnológicas previamente definidas em Termo de Referência/ Projeto Básico, exceto em casos em que a alteração for solicitada diretamente pela própria CONTRATANTE ou cuja motivação e justificativas sejam formalmente aprovadas pela Administração.

7.5.6. A CONTRATADA será a responsável técnica pelo projeto executivo elaborado, assumindo toda e qualquer inconsistência não corrigida, se houver, sendo igualmente responsável pelas adequações e correções futuras, se

necessário.

7.6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO NO PROJETO EXECUTIVO

7.6.1. Os projetos deverão ser elaborados em obediência às Especificações de Projeto da CONTRATANTE.

7.6.2. Deverão ser apresentadas as ART's da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e do responsável técnico pela elaboração do Projeto. Em caso de Consórcio, este deverá estar devidamente registrado ou possuir visto no CREA/MG.

7.6.3. Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

- PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
- PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL;
- PROJETO EXECUTIVO DE ENGRADAMENTO METÁLICO;
- PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

7.6.4. São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a) Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b) Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c) Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas, regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;
- d) Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;
- e) Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a

planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;

f) Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;

g) Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;

h) Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.

7.6.5. Os projetos devem obedecer detalhadamente as NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

7.6.6. De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

7.6.7. O prazo de entrega poderá ser prorrogado somente mediante justificativa e autorização do órgão solicitante. O pagamento será realizado somente após certificado pelo agente recebedor a efetiva entrega do projeto completo.

7.6.8. O custo de entrega dos objetos correrá por conta do fornecedor contratado, não podendo ser cobrado da administração qualquer custo de entrega.

7.6.9. O Departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas será o responsável pela aprovação do projeto executivo de engenharia.

7.7. EXECUÇÃO DAS OBRAS

7.7.1. O prazo para execução das obras será de 8 (oito) meses, contados a partir da Ordem de Serviço de obras.

7.7.2. Durante as obras deverão ser adotadas sinalização diurna e noturna e controle na restrição de tráfego. É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

7.7.3. A execução das obras deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o objeto seja concluído no prazo programado, havendo liberação prévia da CONTRATANTE.

7.7.4. A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

7.7.5. Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- Qualidade dos serviços, inclusive, obediência ao Projeto de

Executivo e aos dispositivos contratuais;

- Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Proteção ao meio ambiente e atendimento às condicionantes ambientais do empreendimento;
- Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas;
- Execução de ensaios tecnológicos e de controle geométrico;

7.7.6. Cumpre observar que compõe Critério de Aceitabilidade geral, para a obra como um todo e abarcando todas as famílias de serviço, os seguintes itens:

- Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados ou possuírem visto no CREA/MG;
- Controles tecnológicos dos materiais e peças dentro das condições estabelecidas pelas especificações da CONTRATANTE e das demais referenciadas, com relação ao tipo dos ensaios, periodicidade, amostragem e resultados;
- Todas as áreas de ocorrências de materiais caso seja necessário, tais como, bota- foras, caminhos de serviço, canteiros, áreas de empréstimos e outros que forem indicados na elaboração do Projeto Executivo, e que serão exploradas para a execução das obras, deverão ser recuperadas tão logo termine a exploração e antes da conclusão da obra.

7.8. SOLUÇÕES TÉCNICAS PREVISTA NO ORÇAMENTO.

7.8.1. As soluções técnicas previstas no orçamento estão de acordo com o projeto básico e memorial descritivo aprovado pela VISA-Regional que representam o conjunto de definições a respeito do objeto a ser executado, indicando suas características, funcionalidades, objetivos e capacidades. As representações do objeto a ser executado, tem o intuito de estabelecer com precisão a forma, as dimensões e todos os elementos construtivos do empreendimento.

7.8.2. Nos serviços de engenharia a serem realizados, o projeto básico e o memorial descritivo aprovado pela VISA-Regional, direcionam a elaboração dos projetos executivos complementares bem como a execução dos mesmos, indicando as demolições e ampliações e os cortes transversais e longitudinais contendo a indicação dos níveis de piso e demais acessórios que compõem a obra.

7.8.3. Para a elaboração do projeto básico e memorial descritivo, foi utilizado um imóvel localizado no Município de Bonfinópolis de Minas-MG, que se trata de uma edificação já existente que será reformada, ampliada e adequada conforme projeto arquitetônico básico. A UBS tipo I oferecerá serviços de consultas médicas, injeções, curativos, vacinas, tratamento odontológico,

encaminhamentos para especialidades, fornecimento de medicação básica, ações de promoção, prevenção e tratamento relacionadas a saúde da mulher, da criança, saúde mental, planejamento familiar, prevenção a câncer, pré-natal e cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. O projeto foi elaborado baseando-se principalmente na Resolução – RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002 e Resolução SES MG 3.962/2013, bem como a NBR 9050/2015.

8. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS A EXECUTAR E DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A INCORPORAR À OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “C”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

- 8.1. Os materiais a serem utilizados deverão ser novos, de boa qualidade e obedecer a estas especificações, às normas da ABNT, no que couber, e às exigências das concessionárias locais.
- 8.2. Os materiais colocados na obra estarão sujeitos, em qualquer momento, à aprovação da fiscalização, independentemente de sua aplicação.
- 8.3. Deverão ser removidos do local caso não sejam aprovados.
- 8.4. Serão executados, conforme projeto, planilha e cronograma, seguindo o padrão de segurança.
- 8.5. Para a perfeita execução da obra ou do serviço de engenharia, a contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas na tabela abaixo, bem como das suas especificações e quantidades, promovendo sua substituição quando necessário.
- 8.6. Os valores dos materiais deverão estar inclusos na planilha de custos e na formação de preços apresentada pela contratada.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Sustentabilidade

- 9.1.1. A contratação deverá observar as normas de ambientais vigentes.
- 9.1.2. A contratação deverá considerar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.
- 9.1.3. A contratação deverá considerar a utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

9.2. Garantia da contratação

- 9.2.1. Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 9.2.2. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de

Fazenda, com cópia ao Setor de Licitação e Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente, com validade para todo o período contratual.

9.2.3. As modalidades de garantias previstas, são:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;
- seguro-garantia;
- fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

9.2.4. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.

9.2.5. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

9.2.6. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

9.2.7. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela equipe de gestão e de fiscalização.

9.2.8. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

9.2.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

9.3. *Vistoria*

9.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

9.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.3.4. O dia e horário da vistoria deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01 (um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento junto ao Agente de Contratação, pelo endereço eletrônico licitabonfinopolis@gmail.com, das 08h às 12h.

9.3.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Prazo de execução

10.1.1. O prazo de execução será de 8 (oito) meses, a contar da data da ordem de serviço, e está contemplado no prazo contratual.

10.1.2. O prazo de execução observará o cronograma físico-financeiro integrante ao Termo de Referência.

10.1.3. O prazo para expedição da ordem de serviço será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

10.1.4. A expedição da ordem de serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme dispõe o art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.5. O prazo de recebimento provisório e definitivo será de até 90 (noventa) dias, e está contido no prazo de vigência do contrato.

10.2. Local e horário da prestação dos serviços

10.2.1. Os serviços serão prestados na Rua Alameda Ozias Gomes de Souza esquina com Rua Ouro Preto s/nº, Bairro Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas

10.3. Materiais a serem disponibilizados

10.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

10.3.2. Todos os materiais necessários à execução dos serviços deverão obedecer às normas, especificações, métodos de ensaio e padronização da contratante, e demais normas pertinentes à ABNT.

10.4. Canteiro

10.4.1. A contratada deverá prever a instalação de canteiro de obras e/ou serviços para a execução do contrato e manter até o final das atividades.

10.4.2. A contratada deverá prever barracão, sanitários, vestiários, depósitos, almoxarifado, áreas de estocagem e todas as demais dependências, no devido dimensionamento e conveniência em relação ao volume da obra e/ou serviços.

10.4.3. Será procedida periódica remoção de todo o entulho e detritos que

venham a acumular no terreno, no decorrer da obra.

10.4.4. Todas as instalações do canteiro, inclusive da própria obra, deverão ser conservadas limpas e em perfeito funcionamento, durante todo o prazo contratual de execução dos trabalhos.

10.4.5. A contratada deverá preencher o diário de obras para anotação diária de todos os dados e fatos importantes ocorridos durante a execução da obra, devendo ser assinado diariamente pelo engenheiro residente e pelo fiscal do contrato.

10.5. Mão de Obra

10.5.1. O pessoal de mão de obra deverá se apresentar uniformizado conforme modelo a ser fornecido pelo contratante, e com todos os equipamentos necessários à sua profissão.

10.5.2. As despesas com o fornecimento de alimentação e transporte para mão de obra alocada serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

10.5.3. Deverão ser fornecidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI para cada operário, obedecidas às normas de segurança aplicáveis, compatíveis à necessidade de cada tipo de serviço realizado.

10.5.4. Deverão ser fornecidas ferramentas necessárias à realização de cada tipo de serviço para cada operário que irá realizá-lo.

10.6. Sustentabilidade ambiental

10.6.1. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;

10.6.2. Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal;

10.6.3. Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

10.6.4. Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA no 307/2002, obedecendo, no que couber;

10.6.5. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

10.6.6. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.6.7. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados

em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.6.8. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.6.9. Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

10.6.10. Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

10.7. Segurança do trabalhador

10.7.1. Serão obedecidas todas as recomendações e normas relativas à segurança do trabalho no que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs.

10.8. Acessibilidade

10.8.1. Integra o presente instrumento, onde couberem, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo-se as normas de acessibilidade determinadas no Decreto Federal nº 5.296, de 2004, aplicando-se a todos os serviços e materiais ora contratados.

11. SUBSÍDIOS PARA MONTAGEM DO PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DA OBRA

11.1. Disposições gerais

11.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.2. Preposto

11.2.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

11.3. Gestão e Fiscalização Contratual

11.3.1. Caberá ao servidor designado como gestor do contrato, ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

11.3.2. Caberá à ao fiscal do contrato, a ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, a fiscalização da contratação, ficando responsável pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Medições

12.1.1. As medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços, obedecendo aos quantitativos das obras e serviços realmente executados pela contratada.

12.1.2. A cada alteração contratual necessária, por acréscimo ou supressões do objeto, observados os limites legais, bem como prazos, será acordado novo cronograma, atendido o interesse do Município de Bonfinópolis de Minas.

12.1.3. As medições serão feitas independentemente de solicitação da contratada.

12.1.3.1. A primeira será realizada após 10% da execução concluída de acordo com o físico-financeiro, e as subsequentes, a cada 10% de execução concluída até totalizar 100% de execução da obra. O boletim de medição deverá ser acompanhado de memória de cálculo de quantidades e relatório fotográfico, com indicação dos locais de aplicação dos serviços medidos, nos termos do art. 92, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.1.4. As medições deverão conter somente os materiais efetivamente empregados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

12.1.5. A contratada terá que disponibilizar juntamente com os projetos executivos, as memórias de cálculo de dimensionamento a eles relativos.

12.1.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.2. *Do Recebimento*

12.2.1. Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

12.2.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

12.2.3. Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá comunicar à fiscalização, por escrito e dentro do prazo de 10 (dez) dias, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

12.2.4. Constatada a condição de conclusão do objeto por meio da vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do serviço, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

12.2.5. Caso a fiscalização, durante a vistoria para o recebimento provisório, constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se o prazo compatível, de até 30 (trinta) dias, da data da emissão do Termo, para a contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

12.2.6. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data, sujeitando-se a contratada às penalidades cabíveis.

12.2.7. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, se não houver pendências será observado o funcionamento e/ou produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada a vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vista à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.2.8. Havendo indicação de novas pendências, será concedido novo prazo, limitado a 15 (quinze) dias, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

12.2.9. Sanadas as pendências, será efetuada vistoria final e, verificada a perfeita adequação do serviço, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias, da comunicação da contratada.

12.2.10. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

12.2.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

12.3. *Liquidação*

12.3.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os quantitativos de obras e serviços realmente executados pela contratada.

12.3.2. Os pagamentos serão efetuados pela Administração em moeda corrente nacional, em 30 (trinta) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

12.3.3. O pagamento somente será liberado após a regular liquidação da despesa, respectivamente, e mediante a apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

12.3.3.1. Respektivas medições, faturas e notas fiscais;

12.3.3.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195 § 3º;

12.3.3.3. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.3.3.4. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol da contratada;

12.3.3.5. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;

12.3.3.6. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

12.3.3.7. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

12.3.3.8. Cópia do recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA e/ou CAU (apresentado nas medições, ou quando houver alteração do profissional responsável).

12.3.4. A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no art. 137, §2º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

12.3.5.1. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá

desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

12.3.6. O contratante estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Critérios de aceitabilidade de preços

13.1.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

13.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.1. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

- a) valor global: conforme valor estimado da licitação.
- b) custos unitários: custos unitários não superiores aos orçados pela Administração. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, devidamente truncada em duas casas decimais.

13.2. Exigências de habilitação

- Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação:
- Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;
- Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- Comprovação de Registro junto ao CREA através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;
- Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em 1(um) atestado de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, comprovando que a empresa licitante executou obra com área de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação (355,53m²) e que nesta executou os seguintes itens:
 - a) Execução de Concreto Estrutural FCK mínimo de 25MPa;
 - b) Execução de Laje pré-moldada, a revestir com capeamento de concreto e seu respectivo cimbramento;
 - c) Execução de Alvenaria com tijolo cerâmico furado;
 - d) Execução de Piso em Granilite/Marmorite;
 - e) Execução de gradeamento metálico com utilização de telhas galvanizadas;
 - f) Execução de Emassamento de paredes e pintura acrílica.

14. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

14.1. A descrição dos itens e definição dos quantitativos estimados encontram-se explicitadas no memorial descritivo e na memória de cálculo, anexos deste instrumento.

15. ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “F”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

15.1. O valor aproximado é de **R\$792.011,04 (setecentos e noventa e dois mil e onze reais e quatro centavos)**, conforme tabela SEINFRA-MG.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

02.05.01.10.301.1001.1018 – 4.4.90.51.00 Ficha 288

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1.1. Será permitida a subcontratação de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.

17.1.2. É vedada a subcontratação do autor do projeto básico (ou anteprojeto), Termo de Referência, bem como das demais empresas que tenham participado da licitação, inclusive das microempresas e EPPs;

17.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

18.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

18.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

18.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 18.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

19.1. *São obrigações do Contratante:*

19.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela

empresa contratada, de acordo com o Edital, o contrato e seus anexos;

19.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no edital;

19.1.3. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada;

19.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Edital, no contrato e nos seus anexos;

19.1.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

19.1.7. Cientificar, por meio do gestor do contrato, o órgão de assessoramento jurídico do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

19.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

19.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

19.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

19.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.2. São obrigações da contratada, além de outras exigências definidas no contrato:

19.2.1. Fornecer e entregar o item licitado em conformidade com a solicitação e a necessidade da municipalidade, no local e quantidade constante na requisição escrita do Administração;

19.2.2. Realizar a entrega da obra, arcar com mão de obra, maquinário, ferramentas e insumos necessários para a execução do objeto ofertado;

19.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

19.2.4. Observar com rigor a pontualidade e assiduidade no fornecimento do objeto deste Termo de Referência, ficando sujeito à multa em caso de descumprimento;

19.2.5. Arcar com todas as despesas decorrentes desta contratação (fornecimento), incluindo as despesas tributárias e trabalhistas dos empregados que contratar para execução do contrato;

19.2.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

19.2.7. Aceitar, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento), observando a obrigação estipulada no art. 128 de não haver redução na diferença percentual (desconto) entre o valor global do contrato e o preço global de referência em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme detalhado nos elementos instrutores da licitação;

19.2.8. Atender prontamente às reclamações da contratante, substituindo, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, os itens que não atenderem às especificações e normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

19.2.10. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, por si e/ou seus prepostos;

19.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O *licitante* será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. Fraudar a licitação;

20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na licitação;

20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

20.2. O contratado, por sua vez, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse

coletivo;

- 20.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 20.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 20.2.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 20.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;
- 20.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

22.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência;
- 20.3.2. Multa;
- 20.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Item “20.2.1”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos Itens “20.1” e “20.2”, de acordo com os seguintes percentuais:

- 20.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;
- 20.5.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- 20.5.3. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a autoridade competente, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

20.6. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo contratante. se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do Item “20.1” e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do Item “20.2”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bonfinópolis de Minas pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, do item “20.1”, e nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item “20.2”, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item “20.1”, e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do item “20.2”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “20.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.9. A sanção estabelecida no item “20.4” será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva da autoridade máxima do respectivo órgão ou entidade;

20.10. As sanções previstas nos itens “20.3.2”, “20.3.4” e “20.3.5” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Item “20.3.3” desta cláusula.

20.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.12. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.13. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.14. A aplicação das sanções previstas nos Itens “20.3.4” e “20.3.5” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

20.17.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a

que se refere o item “20.14”;

20.17.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013;

20.17.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

20.18. Os atos previstos como infrações administrativas neste Edital, em lei federal ou em decretos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

20.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital, na lei federal ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.20. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

20.21. Para fins de aplicação das sanções previstas nos Itens “20.3.2”, “20.3.3”, “20.3.4” e “20.3.5”, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

20.22. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma abaixo:

20.22.1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.22.2. Punitiva de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.23. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta na multa punitiva prevista neste Item e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

20.24. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

20.24.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

20.24.2. Pagamento da multa;

20.24.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

20.24.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

20.24.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste Item.

20.25. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “d” e “h” do Item “22.1” deste Edital, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

21.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22. REAJUSTE

22.1. Os preços que vierem a ser contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data e, assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, conforme requerimento protocolado pela contratada e, verificado a hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo à variação dos índices globais setoriais constantes da planilha orçamentária.

22.2. A data base inicial utilizada para fins de reajuste, em sentido estrito, será a mais atualizada indicada pela Administração na licitação.

22.3. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

22.4. A contratada não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria contratada, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

22.5. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

22.6. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário do orçamento estimado ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

23. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

23.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

23.2. A execução das obras e serviços obedecerá rigorosamente às informações constantes neste instrumento do qual fazem parte integrante seus anexos, vedada qualquer modificação sem o consentimento formal da comissão de fiscalização.

23.3. O Termo de Referência, o memorial descritivo e orçamento são elementos que se complementam, devendo as eventuais discordâncias ser resolvidas junto a fiscalização com a mais adequada ordem de prevalência.

23.4. Nestas diretrizes, fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, e mediante autorização da fiscalização.

23.4. Reserva-se à comissão de fiscalização o direito de impugnar o andamento das obras e/ou continuação dos serviços, assim como a aplicação de materiais ou equipamentos quando não satisfatórios ao registrado neste instrumento, obrigando-se a contratada a demolir e/ou desfazer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes acordadas.

23.5. A contratada deverá conservar na obra e/ou local de execução dos serviços, uma cópia deste instrumento e seus anexos, sempre à disposição da fiscalização.

23.6. De modo algum a atuação da fiscalização, eximirá ou atenuará a responsabilidade da contratada pelos defeitos de ordem construtiva que elas vierem a apresentar.

23.6.1. Só à Contratada caberá a responsabilidade pela perfeição das obras em todos os seus detalhes.

23.7. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

23.8. As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

23.9. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre a contratada e a fiscalização.

23.10. Profissionais responsáveis pelo Termo de Referência:

Bonfinópolis de Minas, 25 de Abril de 2025

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA230.293/D - MG

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE